

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026		Data de abertura: 21/05/2026 às 09:00 no sítio www.gov.br/compras		
Objeto: Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a eventual aquisição de suprimentos e ferramentas de TIC para atender as necessidades da Divisão de Atendimento ao Usuário, vinculada à Coordenadoria de Tecnologia da Informação do MPPI, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.				
Valor estimado: R\$ 104.290,20 (cento e quatro mil duzentos e noventa reais e vinte centavos).				
Registro de Preços	Vistoria	Instrumento Contratual	Garantia contratual	Forma de Adjudicação
<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> Facultativa	<input checked="" type="checkbox"/> TERMO DE CONTRATO <input type="checkbox"/> Nota de empenho	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> POR ITEM <input checked="" type="checkbox"/> POR LOTE <input type="checkbox"/> Global

Documentos de Habilitação (Vide Subitem 9.4 do Termo de Referência (Anexo I do Edital))*	
Requisitos Básicos: <input checked="" type="checkbox"/> Sicaf ou documentos equivalentes <input checked="" type="checkbox"/> CEIS <input checked="" type="checkbox"/> CNEP <input checked="" type="checkbox"/> Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista <input checked="" type="checkbox"/> Habilitação Jurídica <input checked="" type="checkbox"/> Qualificação Econômico-financeiro	Requisitos Específicos: Não há

*O detalhamento dos documentos /requisitos de habilitação deve ser consultado no subitem do Termo de referência acima indicado.

Lic. Exclusiva ME/EPP	Reserv. Cota ME/EPP	Amostra/Dem.
<input checked="" type="checkbox"/> Sim: Lotes 1 e 2 <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Prazo para envio da proposta/habilitação/documentação complementar		
2 (duas) horas após a convocação pela Pregoeira.		
Pedidos de esclarecimento	Impugnações	
Até 15 h do dia 18/05/2026 para o e-mail pregoeiro@mppi.mp.br	Até 15 h do dia 18/05/2026 para o e-mail pregoeiro@mppi.mp.br	
Observações Gerais:		

SUMÁRIO

1. DO OBJETO.....	4
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	4
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	4
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO.....	7
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	7
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	10
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	12
8. DA FASE DE JULGAMENTO.....	18
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	22
10. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.....	27
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	28
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	29
13. DOS RECURSOS.....	31
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	32
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	35
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	39

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 90012/2026

INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

UASG: 926092

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA Nº 19.21.0016.0010989/2026-51

REGIME DE FORNECIMENTO: INDIRETA – [ENTREGA DE FORMA PARCELADA]

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA: ABERTO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, por intermédio da Pregoeira Beatriz Ferreira Pinto Andrade, formalmente designada pela Portaria PGJ nº 5644/2025, torna público aos interessados que realizará licitação **para registro de preços**, na modalidade **Pregão Eletrônico**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do **Decreto Estadual nº 21.938, de 28 de março de 2023**, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O Edital e seus anexos foram elaborados com base nos Modelos da Lei nº 14.133/21 para “**Compras**”, fabricados pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, conforme possibilidade legal prevista no inciso IV, do artigo 19, da Lei nº 14.133, de 2021, com a realização das adequações eventualmente necessárias, consideradas no caso concreto, e com as modificações e supressões opcionais permitidas nesse referencial.

SESSÃO DE ABERTURA:

- Dia 21/05/2026, às 09:00 (horário de Brasília – DF);

LOCAL:

- Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a eventual aquisição de suprimentos e ferramentas de TIC para atender as necessidades da Divisão de Atendimento ao Usuário, vinculada à Coordenadoria de Tecnologia da Informação do MPPI, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.**

1.2. A licitação será dividida em **grupos**, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. O valor total estimado para a futura contratação é de **R\$ 104.290,20 (cento e quatro mil, duzentos e noventa reais e vinte centavos).**

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Os Lotes 1 e 2 são exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme Art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. **Não** poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

3.7.11. Sociedade Cooperativas

3.7.12. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.9. O impedimento de que trata o item [3.7.6](#), será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens [3.7.4](#) e [3.7.5](#), poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4. e 3.7.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.14. A vedação de que trata o item 3.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1. e 9.12.1. deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.10. A falsidade da declaração de que tratam os itens 5.4, 5.7 ou 5.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **não** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.8.4. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de **percentuais** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **1 % (um por cento)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. **Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 2024.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para

o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.22.1.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2.2. empresas brasileiras;

7.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.24.1.1. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor global quanto os valores unitários estimativos da contratação.

7.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.7.1. O Pregoeiro poderá solicitar parecer técnico das unidades técnicas deste MPPI.

8.7.2. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

8.7.3. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado.

8.7.3.1. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor global quanto os valores unitários estimativos da contratação.

8.7.4. Os valores da proposta deverão ser apresentados com duas casas decimais.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. contiver vícios insanáveis;

8.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem 8.9, só será considerada após diligência do Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão, que comprove:

8.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10.1. A comprovação de exequibilidade poderá ser realizada mediante a apresentação de um ou mais dos seguintes elementos, conforme o caso, **sem prejuízo de outros documentos que o licitante entenda pertinentes**:

I – demonstração detalhada da composição dos custos unitários e globais, com memória de cálculo e planilha analítica que indique os preços de insumos e encargos, tributos, despesas administrativas e margem de lucro;

II – comprovação de condições excepcionais que justifiquem o preço ofertado, tais como economia de escala, tecnologia própria, processo produtivo diferenciado ou acesso privilegiado a determinadas cadeias de suprimentos;

III – apresentação de contratos similares firmados recentemente, com preços equivalentes aos da proposta apresentada, preferencialmente com a Administração Pública;

IV – comprovação de que o proponente atua no mercado com custos substancialmente inferiores à média, mediante documentação idônea;

V – demonstração de que o licitante é o próprio fabricante ou possui estrutura que lhe permita preços mais competitivos, inclusive por verticalização ou ausência de intermediários;

VI – demonstração de regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira que denote capacidade operacional sustentável para cumprimento da proposta apresentada.

8.10.2. A ausência de resposta à diligência ou a resposta insuficiente à luz dos critérios acima poderá ensejar a desclassificação da proposta, devidamente motivada.

8.10.3. A Administração, conforme a natureza do objeto, poderá solicitar a análise técnica da área requisitante para subsidiar a decisão quanto à exequibilidade.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos neste item **e no Termo de Referência (Subitem 9.4)**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de

outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

9.11.1.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

9.12. A verificação pelo Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1.Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão.

9.12.2.Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1.Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2.Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, no prazo de 02 (duas) horas, para:

9.14.1.a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2.atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3.suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Na hipótese de a certidão ser emitida com validade indeterminada ou sem prazo expresso em seu instrumento, será considerada válida aquela expedida nos 90 (noventa) dias anteriores à data da sessão pública do certame, salvo quando norma específica (lei, resolução, instrução normativa, portaria, entre outros) estabelecer prazo diverso, caso em que prevalecerá o disposto no respectivo ato normativo. Os prazos aqui referidos serão contados a partir da data de emissão, inclusive.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.22. Da Qualificação Econômico-Financeira:

9.22.1. A qualificação econômico-financeira tem por finalidade aferir a **capacidade do licitante de suportar os encargos contratuais** e mitigar riscos de inadimplemento e inexecução, especialmente em contratações de maior duração e repercussão financeira.

9.22.2. Os documentos de qualificação econômico-financeira exigidos são aqueles especificados no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

9.22.2.1. Para fins de comprovação de que o balanço patrimonial e as demais demonstrações contábeis foram apresentados **na forma da legislação aplicável**, serão aceitos, conforme o regime do licitante:

a) **Escrituração Contábil Digital – ECD (SPED)**, quando aplicável, acompanhada do respectivo **recibo de entrega**, o qual **comprova a autenticação eletrônica e dispensa outra autenticação**, nos termos do art. 39-A da Lei nº 8.934/1994 e do Decreto nº 8.683/2016; ou

b) **Livro Diário** (e auxiliares, se houver), com **termos de abertura e encerramento e autenticação/registro** na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, quando não apresentada a ECD, sem prejuízo de outros meios de comprovação legalmente admitidos.

9.22.3. A eventual **dispensa de escrituração contábil formal** prevista na legislação civil/empresarial e/ou a **não obrigatoriedade de ECD/SPED**, **não afastam**, por si sós, o dever de o licitante **atender às exigências de qualificação econômico-financeira estabelecidas neste Edital**, quando a contratação **não** se enquadrar nas hipóteses legais de dispensa total ou parcial de documentação previstas no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

9.22.3.1. No caso do **Microempreendedor Individual – MEI**, observa-se que sua aptidão econômica é legalmente **limitada** (inclusive quanto ao **teto anual de receita bruta aplicável à categoria**, na regulamentação do Simples Nacional). Assim, **não há desproporcionalidade** na exigência de balanço e demonstrações contábeis quando houver interesse do MEI em participar de licitação que importe a assunção de **compromissos financeiros incompatíveis** com essa capacidade econômica presumida,

devendo o licitante demonstrar possuir situação financeira **proporcional ao objeto**.

9.22.3.2. A dispensa de escrituração contábil formal constitui benefício de fomento e desburocratização na esfera privada, **não se confundindo** com uma isenção automática nas relações com a Administração Pública. A participação em licitações sujeita-se à **lex specialis (edital)** e ao dever de comprovação da capacidade econômico-financeira necessária à **preservação da execução contratual**, evitando risco concreto de inexecução, necessidade de contratações emergenciais e custos administrativos com repetição de procedimentos.

9.22.3.3. Em razão do vulto/duração do objeto e da inexistência de enquadramento nas hipóteses do art. 70, III, da Lei nº 14.133/2021, este Edital adota o entendimento do TCU (Acórdão nº 2.586/2024-Plenário) no sentido de que a condição de MEI, por si só, não autoriza o afastamento da exigência de balanço e demonstrações contábeis quando tais documentos forem exigidos como requisito de habilitação econômico-financeira. **Eventuais regras administrativas relativas à autenticação e ao arquivamento de livros e instrumentos contábeis (DREI/Juntas/registro competente) repercutem apenas na forma de comprovação formal (“na forma da lei”), não na dispensa do dever de demonstrar capacidade econômico-financeira quando legal e editaliciamente exigida.**

9.22.4. A documentação comprobatória da qualificação econômico-financeira **poderá** ser dispensada, total ou parcialmente, nas hipóteses estritas do **art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, desde que expressamente previsto** no instrumento convocatório e **compatível com o objeto**.

9.22.4.1. O termo “**poderá**” constante do art. 70, III, da Lei nº 14.133/2021, **não institui dispensa automática**, mas traduz **faculdade administrativa**, a ser exercida **mediante juízo de conveniência e oportunidade**, com **motivação expressa** e registro nos autos, à luz do caso concreto e do risco contratual.

9.22.4.2. Assim, **havendo opção pela dispensa**, total ou parcial, esta **estará devidamente justificada no Termo de Referência**, com indicação objetiva do enquadramento na hipótese legal, da **baixa materialidade** do objeto, e da compatibilidade da medida com a **segurança da contratação; não havendo justificativa expressa**,

permanecerá **exigível** a apresentação integral da documentação econômico-financeira prevista neste instrumento.

9.22.5. A não apresentação dos documentos exigidos nesta seção, na forma e prazos estabelecidos, implicará a INABILITAÇÃO do licitante, ressalvada a realização de diligências nos limites legais e editalícios, quando cabível, sem admitir a substituição indevida de requisito essencial de habilitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

10.1. Após a homologação e adjudicação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso ao sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1.A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10.8. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

10.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 10.8., observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes na forma do Art. 90, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

11.DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado, conforme disposto no subitem 1.5.1 do Termo de Referência (Anexo I do edital).

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Considerando o Comunicado N.º 06/2024 da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia - SEGES, para fins de manifestação de interesse para compor cadastro de reserva do registro de preços, os licitantes deverão observar os seguintes procedimentos:

12.1.1. O Pregoeiro/Agente de contratação, posteriormente ao Julgamento de propostas e da Habilitação, procederá a convocação de todos os licitantes, através do campo de mensagem do sistema Comprasnet.

12.1.1.1. Para fins de manifestação de interesse, os licitantes disporão do prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas, contados da convocação.

12.1.1.2. A ausência de manifestação no prazo estabelecido presumir-se-á como recusa na participação do cadastro reserva.

12.2. O Licitante interessado deverá encaminhar, para o e-mail ***pregoeiro@mppi.mp.br***, a proposta de preços ou, alternativamente, declaração manifestando **uma das opções abaixo indicadas**:

a) Declaro que aceito participar do cadastro de reserva do Pregão Eletrônico Nº XX/2025, para os itens XX/Grupos XX, **e caso convocado, cotarei meus valores unitários ao preço do licitante declarado vencedor dos referidos itens/lotos.**

OU

b) Declaro que aceito participar do cadastro de reserva do Pregão Eletrônico Nº XX/2025, para os itens XX/Grupos XX, **e caso convocado, cotarei meus valores unitários pelo meu melhor lance ofertado na fase de lances.**

12.2.1. O licitante deverá encaminhar, juntamente com a declaração mencionada no item anterior, informações como responsável legal, telefone, e-mail, entre outros, que possibilitem o contato, caso se faça necessário.

12.3. **Encerrada a licitação e sendo o processo licitatório homologado pela autoridade competente**, será elaborado Ata de Cadastro de Reserva, por item, ou grupo, conforme o caso, com o registro dos licitantes que demonstraram interesse em compor o cadastro de reserva, com a seguinte ordem de prioridade:

- a) Primeiro os licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) Segundo os licitantes que mantiveram sua proposta original, observada a classificação na licitação.

12.4. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de convocação para assinarem a Ata de Registro de Preços como Beneficiárias, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas

condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração poderá convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário e na hipótese de frustrada a negociação de melhor condição, convocar o licitante para assinatura na Ata de Registro de Preços, desde que o valor de proposta esteja compatível ou inferior ao valor de referência, respeitado a ordem de classificação.

12.6.1. Na hipótese da proposta do licitante convocado nos termos do item 12.6 encontrar-se acima do valor de referência, a Administração o convocará para adequação da proposta ao valor estimado. Frustrada a negociação, convocar-se-á a licitante seguinte na ordem de classificação, até encontrar uma que atenda ao valor proposto.

13.DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1.a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2.o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos.

13.3.3.o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4.na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis,

ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: https://sei.mppi.mp.br/sei/processo_acesso_externo_consulta.php?id_acesso_externo=28248&infra_hash=7287b453f0e3cbcd3a07d53c0769d158

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#)

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1.a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2.as peculiaridades do caso concreto

14.3.3.as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4.os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1.Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2.Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8, 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8, 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1., 14.1.2., 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail pregoeiro@mppi.mp.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da Sede da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí, localizada na Rua Álvaro mendes, nº 2294, Centro, Teresina-PI, CEP: 64.000-060, dirigida à Coordenadoria de Licitações e Contratos (1º andar).

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Havendo divergência entre a descrição do objeto no sistema Compras.gov (código CATMAT/CATSER) e no Termo de Referência, prevalecerá este último.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.mppi.mp.br.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 16.11.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar
- 16.11.3. ANEXO III– Modelo de Apresentação de Proposta de Preços
- 16.11.4. ANEXO IV – Minuta de Ata de Registro de Preços
- 16.11.5. ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato

Teresina, na data da assinatura eletrônica.

Beatriz Ferreira Pinto Andrade

Pregoeira

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO PIAUI

Termo de Referência 4/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2026	926092-PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO PIAUI	JOAO CARLOS BARBOSA DOS SANTOS	05/05/2026 11:40 (v 0.6)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		19.21.0016.0010989/2026-51

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de suprimentos e ferramentas de TIC, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL ESTIMADO
1	1	292202	Rotuladora/Etiquetadora Brother	UND	10	R\$ 263,82 (média)	R\$ 2.638,20
	2	289192	Bobinas de Etiketadoras/Rotuladoras compatível com rotuladora Brother (M231)	UND	50	R\$ 20,67 (mediana)	R\$ 1.033,50
Valor Lote 1:							R\$ 3.671,70
2	3	614214	Abraçadeiras de Nylon 20 CM - pacote com 100	PCT100UN	50	R\$ 12,19 (mediana)	R\$ 609,50
	4	630993	Porca Gaiola - pacote com 100	PCT100UN	50	R\$ 89,66 (mediana)	R\$ 4.483,00
Valor Lote 2:							R\$ 5.092,50
3	5	448853	Conectores RJ-45 EZ Crimp - CAT6 - pacote com 100	PCT100UN	100	R\$ 106,70 (média)	R\$ 10.670,00
	6	301895	Alicate de Crimpagem com catraca EZ Crimp	UND	50	R\$ 88,90 (mediana)	R\$ 4.445,00
	7	481370	Caixa de Cabo de rede CAT6 (305m)	CX	100	R\$ 804,11 (média)	R\$ 80.411,00
Valor Lote 3:							R\$ 95.526,00
VALOR GLOBAL							R\$ 104.290,20

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Ministério Público do Estado do Piauí, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de fornecimento não-contínuo de bens de caráter permanente.

1.5. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por mais 12 (doze) meses conforme estabelece o Art. 84 da Lei 14.133/2021.

1.5.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado, conforme o Parecer 75/2024/DECOR/CGU /AGU.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Da divisão por lotes

1.7. O Tribunal de Contas da União recomenda que a licitação seja procedida por itens sempre que econômica e tecnicamente viável, cabendo a Administração, justificadamente, demonstrar a vantagem da opção feita. A adjudicação por itens não deve ser levado a termos absolutos, pois a divisão da pretensão contratual, em alguns casos, pode prejudicar a economia de escala e gerar outros custos relacionados aos diversos contratos, além de potencializar riscos e dificuldades na gestão de uma pluralidade de contratos autônomos para atendimento da mesma pretensão contratual.

1.7.1. O próprio TCU já entendeu que seria legítima a reunião de elementos de mesma característica, quando a adjudicação de itens isolados onerar “o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual”, o que pode comprometer a seleção da proposta mais vantajosa.

1.7.2. Dessa forma, a Coordenadoria de Tecnologia da Informação justifica a opção de adjudicação por lote por ser mais econômica e tecnicamente viável. Além do mais, a forma em que os lotes estão organizados proporciona maior concorrência e interesse por parte dos fornecedores, tendo em vista que os mesmos agrupam itens com características de mercado semelhantes.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 conforme detalhamento a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO
7E4A	Etiquetadora
6525	Abraçadeiras de Nylon 20 CM - pacote com 100
EDA7	Porca Gaiola - pacote com 100
726B	Bobinas de Etiketadoras/Rotuladoras
61F1	Conectores RJ-45 - CAT6 - pacote com 100
C0EB	Alicate de Crimpagem
BAD6	Caixa de Cabo de rede CAT6

<https://www.mppi.mp.br/internet/wp-content/uploads/2026/04/PCA-2026-Versao-2.0-MPPI.pdf>

2.3. A Lei Complementar nº 123/2006, Art. 48, I, dispõe que itens cujos valores sejam de até R\$ 80.000,00 serão destinados, exclusivamente, às MEs /EPPs. Segundo a mesma lei, em seu inciso III, prevê que a administração pública deverá estabelecer em certames para aquisição de bens de natureza divisível cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de ME/EPP. Dessa forma, os Lotes 1 e 2 são enquadrados no regime de destinação exclusiva para Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP e o Lote 3 será ampla concorrência. No entanto, tais empresas não se limitam aos referidos lotes, podendo, também, disputar os demais lotes.

2.4. Foi utilizado o modelo elaborado pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, conforme possibilidade legal prevista no inciso IV, do artigo 19, da Lei nº 14.133, de 2021, com a realização das adequações eventualmente necessárias, consideradas no caso concreto, e com as modificações e supressões opcionais permitidas nesse referencial, bem como em conformidade com o Ato PGJ

2.5. Este procedimento está fundamentado conforme os seguintes normativos:

- **LEI Nº 14.133/21:** Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- **DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023:** Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.
- **INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021:** Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.
- **INSTRUÇÃO NORMATIVA CGNOR/ME Nº 81, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022:** Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência - TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os fornecedores poderão apresentar, quando aplicável, comprovação de enquadramento ao disposto no art. 5º, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: “Art. 5º: Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.”.

4.1.2. Conforme estabelecido no §2º do Art. 5º da mesma Instrução Normativa, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o CONTRATANTE poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da fornecedora selecionada. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

4.1.3. Para atestar a aderência a programas de sustentabilidade e minimizar o impacto ambiental ao longo do ciclo de vida, o equipamento deve comprovadamente possuir Certificação de Rótulo Ecológico para produtos de informática. A comprovação pode ser feita por meio de apresentação de Certificado EPEAT ou Certificado TCO ou Certificado de Rótulo Ecológico para Produtos de Informática emitido pela ABNT ou por organismo acreditado pelo INMETRO (Cgcre).

4.1.4. O modelo dos equipamentos ofertados devem estar em conformidade a diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), isto é, ser construído com materiais que não agredem o meio ambiente, comprovado através apresentação de Certificado de conformidade com a diretiva ROHS, ou Certificado de Rotulagem Ambiental emitido pela ABNT ou certificado emitido por organismo acreditado pelo Cgcre (INMETRO) que assegure a conformidade com a Diretiva ROHS ou Autodeclaração de conformidade emitida pelo fabricante atestando a conformidade com

a Diretiva ROHS.

4.1.5. Os resíduos com logística reversa obrigatória, gerados durante a execução do objeto contratado, devem estar em conformidade com as normas do tópico Resíduos com Logística Reversa do Guia de Contratações Sustentáveis da AGU.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação das seguintes marcas, características ou modelos:

- Rotuladora da **marca Brother**, compatível com fitas de rotulagem do **tipo M da marca Brother**;
- Bobinas para etiquetadoras/rotuladoras compatíveis com os equipamentos da **marca Brother**.

4.2.1. Justifica-se a indicação da marca em razão de o suporte técnico do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) já possuir etiquetadoras/rotuladoras da **marca Brother**, bem como estoque de bobinas adquiridas em contratações anteriores, pertencentes ao mesmo padrão tecnológico.

4.2.2. A adoção de equipamentos e insumos compatíveis com os já utilizados pela instituição visa **garantir a padronização tecnológica, a plena compatibilidade entre equipamentos e insumos, a otimização do uso dos materiais já disponíveis em estoque e a racionalização dos custos operacionais**.

4.2.3. Assim, para assegurar a interoperabilidade com os equipamentos atualmente utilizados pelo suporte técnico do MPPI, **serão aceitas apenas rotuladoras/etiquetadoras da marca Brother, bem como bobinas compatíveis com os modelos ofertados e com os equipamentos já existentes na instituição**.

4.3. A indicação de marca encontra fundamento no art. 41 da Lei nº 14.133/2021, sendo motivada pela necessidade de padronização e compatibilidade com os equipamentos já existentes no ambiente tecnológico da instituição.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.4. Não há vedação a uma marca/produto específico, nos termos do Art. 41, inciso III, da Lei 14.133/2021.

Da exigência de amostra

4.5. Não haverá a exigência de amostras para a presente aquisição.

Da exigência de carta de solidariedade para o fornecimento de bens

4.6. Conforme o art. 41, inciso IV da Lei 14.133/2021, "**No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente: IV - solicitar, motivadamente, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.**"

4.7. Não se trata de uma licitação para o fornecimento de bens com alta complexidade, com isso, **não será exigida a carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato**.

Subcontratação, Consórcios e Cooperativa

4.8. Não será admitida a subcontratação do objeto, bem como a participação de empresas em regime de consórcio no presente processo licitatório.

4.8.1. A subcontratação não será permitida, tendo em vista que o objeto da contratação consiste no fornecimento de bens comuns de TIC, de baixa complexidade técnica e amplamente disponíveis no mercado. Dessa forma, a execução direta pelo contratado possibilita à Administração manter maior controle sobre a qualidade dos produtos fornecidos, o cumprimento dos prazos contratuais e a observância das especificações técnicas estabelecidas no instrumento convocatório.

4.8.2. A participação de empresas em regime de consórcio não será admitida, considerando que os itens a serem adquiridos não apresentam elevado grau de complexidade técnica nem envolvem vulto econômico significativo que justifique a união de empresas para fins de atendimento aos requisitos de habilitação ou de execução contratual. Ademais, trata-se de objeto amplamente ofertado no mercado por diversos fornecedores, os quais possuem plena capacidade de fornecimento de forma individual, não havendo necessidade de formação de consórcio para garantir a competitividade do certame.

4.9. Não será admitida a participação de cooperativas no presente processo licitatório, considerando que o objeto da contratação consiste no fornecimento de bens, com responsabilidade direta do fornecedor quanto à garantia, qualidade, logística de entrega e cumprimento das obrigações contratuais. Nesse contexto, a participação de cooperativas poderia comprometer a adequada caracterização da relação contratual, uma vez que esse tipo de organização possui regime jurídico próprio voltado à prestação de serviços por cooperados, o que não se mostra compatível com a natureza do objeto a ser contratado.

Garantia da contratação

4.10. **Não haverá exigência de garantia contratual nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.**

4.10.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de bens de consumo durável cuja entrega se dará de forma única e em prazo determinado, com garantia técnica de funcionamento prevista nas especificações do Termo de Referência e assegurada pelo fabricante ou fornecedor.

4.10.2. Tendo em vista que não se trata de fornecimento continuado, prestação de serviço com dedicação de mão de obra ou entrega parcelada, e que os riscos à Administração após o recebimento definitivo dos itens são mínimos, não se justifica a exigência de garantia contratual adicional.

4.10.3. Ademais, o contrato preverá, conforme legislação vigente, mecanismos adequados de controle e penalização, como a retenção de pagamentos, a aplicação de sanções administrativas em caso de descumprimento das obrigações assumidas e o cumprimento da garantia de funcionamento dos itens, conforme os prazos mínimos exigidos no Termo de Referência.

Reserva de cotas para ME/EPP

4.11. Embora o objeto do Lote 3 seja composto por bens de natureza divisível, em tese enquadráveis na regra de reserva de cota de até 25% para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, verifica-se, no caso concreto, **a inviabilidade técnica e a desvantagem administrativa na adoção de tal medida, razão pela qual se aplica a exceção prevista no art. 49, inciso III, do mesmo diploma legal.**

4.11.1. A adoção de cotas distintas para um mesmo lote pode comprometer a padronização dos materiais adquiridos, impactando diretamente a eficiência operacional das atividades de suporte técnico de TIC, bem como dificultar a gestão de estoque, o controle patrimonial e a rastreabilidade dos insumos. Ressalte-se que a padronização é elemento essencial para garantir a qualidade dos serviços prestados, reduzir falhas operacionais e otimizar o tempo de atendimento.

4.11.2. Sob o aspecto logístico e contratual, a divisão em cotas pode acarretar aumento da complexidade na gestão da contratação, com multiplicidade de fornecedores, diferentes prazos de entrega, variação de qualidade entre os produtos e maior risco de inadimplemento parcial. Tais fatores tendem a elevar os custos indiretos da contratação, contrariando o princípio da economicidade e podendo comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

4.11.3. Conclui-se que a aplicação do tratamento diferenciado previsto nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, no caso específico do Lote 3, **não se revela vantajosa para a Administração Pública**, podendo, ao contrário, representar prejuízo ao conjunto do objeto contratado. Assim, com fundamento no art. 49, inciso III, da referida Lei Complementar, justifica-se a não adoção da cota reservada de até 25% para microempresas e empresas de pequeno porte.

Desempate ficto em favor de ME/EPP

4.12. Conforme a Lei Complementar nº 123/2006, empresas ME e EPPs têm tratamento diferenciado e podem ser favorecidas em contratações públicas.

4.12.1. Esse tratamento diferenciado será aplicado aos lotes com valor de até **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, em conformidade com o § 8º do Art. 5º do Decreto Estadual nº 16.212/2015, autorizado conforme o Art. 190, inciso III do Decreto Estadual 21.872, de 07 de março de 2023.

4.12.2. Nessas condições, as propostas de microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

4.12.3. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

4.12.4. Caso a microempresa - ME ou a empresa de pequeno porte - EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa - ME e empresa de pequeno porte EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

4.12.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.12.6. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por: I - empresas estabelecidas no território do Estado do Piauí.

4.12.7. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no Piauí.

4.12.8. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia em qualquer Estado do Brasil.

Margem de Preferência

4.13. Conforme o disposto no Art. 26 da Lei nº 14.133/2021, a análise de viabilidade de aplicação de margem de preferência normal e adicional foi considerada nesta contratação. A margem de preferência tem como objetivo incentivar a aquisição de bens e serviços desenvolvidos no território nacional, promovendo o desenvolvimento econômico, tecnológico e a geração de empregos no país.

4.14. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência normal de 10%, prevista no Decreto n.º 11.890/2024, conforme disposto na Resolução SEGES-CICS/MGI nº 4, de 18 de outubro de 2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

Critério de Aceitabilidade da proposta

4.15. O licitante deverá apresentar, quando solicitado pelo pregoeiro ou pela equipe técnica no momento do julgamento da proposta, documentação oficial do fabricante (ficha técnica, catálogo, página web, declaração ou equivalente) que comprove, de forma inequívoca, que o bem ofertado atende integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta, nos termos do art. 59, IV, da Lei nº 14.133/2021.

4.16. As propostas dos licitantes deverão ter validade de 90 (noventa) dias.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos materiais é de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da confirmação de recebimento da Ordem de Fornecimento pelo contratado.

5.1.1. O atraso injustificado da entrega dos materiais contratados, de até 10 (dez) dias corridos, será considerado inexecução parcial, com as penalidades previstas no item 7 deste documento.

5.1.2. O atraso injustificado da entrega dos materiais contratados, superior a 10 (dez) dias corridos, será considerado inexecução total, com as penalidades previstas no item 7 deste documento.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **5 (cinco) dias de antecedência** para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os materiais que correspondem a todos os Lotes deverão ser entregues no seguinte endereço:

- **Sede da Procuradoria-Geral de Justiça**, Divisão de Atendimento ao Usuário (DAU),
- *Rua Álvaro Mendes, 2294, Centro, CEP: 64000-060, Teresina - PI.*

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 06 (seis) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.6.1. As atribuições do Fiscal Técnico, Administrativo e Gestor do Contrato serão exercidas, no âmbito deste MPPI, pelo Fiscal do Contrato, de acordo com o Ato PGJ/PI nº 462/2013.

Fiscalização Técnica

- 6.7.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8.** O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.13.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.15.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

- 6.16.** Cabe ao gestor do contrato:

- 6.16.1.** coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.16.2.** acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.16.3.** acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.16.4.** emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.16.5.** tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 7.9.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2.** as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4.** os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.9.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. Não caberá pagamento antecipado.

Cessão de Crédito

8.28. Não caberá cessão de crédito.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **25/03/2026**.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

- 8.32.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.33.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.34.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.35.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.36.** O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, adotando o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

9.1.1. A fundamentação pauta-se na premissa que a contratação de bens baseados em padrões de desempenho e qualidade claramente definidos neste documento por meio de especificações usuais no mercado, havendo diversos fornecedores capazes de prestá-los. Caracterizando-se como “bens comuns”.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto poderá ser realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração.

9.3. Fica a cargo do fiscal do contrato a emissão de ordem de fornecimento, no qual deve ser entregue no endereço eletrônico do contratado ou, caso necessário, no endereço do fornecedor.

9.3.1. O Contratado fica obrigado a confirmar o recebimento da Ordem de Fornecimento assim da ciência da notificação.

9.3.2. Caso entenda como necessário, a Administração poderá enviar a Ordem de Fornecimento por meio de carta, com aviso eletrônico de recebimento.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da

União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.22.1. A não exigência de balanço patrimonial fundamenta-se no princípio da proporcionalidade, considerando o valor relativamente baixo da contratação, a baixa complexidade do objeto, o caráter de fornecimento único e a inexistência de riscos financeiros relevantes após a entrega. Tal entendimento encontra respaldo no art. 69, caput, da Lei nº 14.133/2021, bem como no Acórdão nº 2.724/2025 – Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU).

9.23. A apresentação desses documentos é medida necessária para assegurar a idoneidade econômico-financeira dos participantes e a regular execução contratual, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e segurança jurídica da contratação pública.

Qualificação Técnica

9.24. Não será exigida documentação quanto à capacidade técnico operacional em decorrência do objeto desta licitação ser comum, de ampla comercialização, e não apresentam complexidade técnica elevada que justifique a exigência do referido documento.

Disposições gerais sobre habilitação

9.25. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.26. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.27. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.28. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.29. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total deste registro de preços é de **R\$ 104.290,20 (cento e quatro mil duzentos e noventa reais e vinte centavos)**, conforme custos unitários apostos na **Tabela 1** deste documento.

10.2. Conforme demonstrado neste documento, foram adotados métodos de condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.

10.3. Como se trata de uma licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

10.3.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.3.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

Formalização da contratação

- 12.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 12.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

Vigência e prorrogação

- 12.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.4. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.
- 12.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 12.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

Obrigações do Contratante

- 12.7. São obrigações do Contratante:

- 12.7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 12.7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 12.7.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 12.7.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 12.7.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 12.7.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 12.7.7. Cientificar o órgão de representação judicial da **Procuradoria-Geral de Justiça** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 12.7.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

- 12.7.8.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

- 12.7.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias.

- 12.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Obrigações do Contratado

- 12.9. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 12.9.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando solicitado;
- 12.9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 12.9.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 12.9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 12.9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante,

que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 12.9.7.1.** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 12.9.7.2.** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 12.9.7.3.** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 12.9.7.4.** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 12.9.7.5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

12.9.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

12.9.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.9.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

12.9.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

12.9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

12.9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

12.9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

12.9.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

12.9.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

12.9.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

12.9.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

12.9.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

Da extinção contratual

12.10. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.10.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.10.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

12.10.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.11. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.11.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.11.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.11.3. Indenizações e multas.

12.12. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.13. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

12.14. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.14.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.14.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo

contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.14.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

Dos casos omissos

12.15. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

Das alterações

12.16. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.17. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

12.18. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.19. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

12.20. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

Do Foro

12.21. Fica eleito o Foro da Comarca de Teresina/PI, para dirimir os litígios decorrentes da execução deste documento que não puderem ser resolvidos por conciliação, conforme disposto no art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Cumprimento da LGPD

12.22. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

12.23. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 12.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

12.24. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

12.25. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto desta contratação, terá acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.

12.26. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

12.27. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no Art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

12.28. A CONTRATADA, quando do encerramento da contratação, exceto se abrangida pelo disposto nos incisos do artigo 16 da LGPD, fica obrigada a eliminar todos os dados pessoais obtidos em razão da execução do contrato. O CONTRATANTE deverá ser formal e justificadamente comunicado da eventual impossibilidade da eliminação de dados pessoais que não se enquadrem na hipótese legal acima mencionada.

Da alteração subjetiva

12.29. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que:

- Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

Da Publicação

12.30. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atendimento ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

Do sigilo

12.31. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

ANEXO I - Especificação Técnica

Etiquetadora/Rotuladora (Modelo Brother)

ITEM	DESCRIÇÃO/REQUISITOS TÉCNICOS
TIPO	- Rotuladora compatível com as fitas Brother tipo M
CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS	- Rotuladora da marca Brother compatível com as fitas do tipo M (Preto sobre Branco) fornecidas pela empresa Brother International Corporation do Brasil, conforme justificativa incluída no Estudo Técnico Preliminar.
DEMAIS ESPECIFICAÇÕES	- Tela LCD de 12 caracteres x 1 linha - Compatível com fitas 12mm e 9mm (modelo Brother tipo M) - Teclado QWERTY; - Cortador manual; - Impressão por transferência térmica; - Alimentação por pilhas ou Fonte AD24A; - Até 2 linhas por etiqueta; - Até 9 cópias múltiplas; - Permite impressão vertical; - Velocidade de impressão de até 7,5 mm/s; - Resolução de impressão máxima de até 203 dpi; - Garantia: padrão do fabricante
ACESSÓRIOS	
CONDIÇÃO DO EQUIPAMENTO	- Novo, lacrado, de primeiro uso e em linha de fabricação.
RESTRIÇÕES	- Não será aceito equipamento que não seja compatível com o tipo de fita especificado;
MODELOS DE REFERÊNCIA	- Brother PT70, PT70BM, PT80, PT95, PTM95WT, PTM95BK, PTM95WTBP e PTM95BKBP

Bobinas de Etiquetadoras/Rotuladoras

ITEM	DESCRIÇÃO/REQUISITOS TÉCNICOS
TIPO	- Fita para rotuladora Brother
CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS	- Fita para rotuladora Brother, 12mm x 8m, Branca, Escrita preta, M231, Brother ou marca compatível
DEMAIS ESPECIFICAÇÕES	- Tipo da fita: térmica - Comprimento: 8 metros - Largura: 12mm - Cor da fita: branca - Cor da letra: preta - Garantia mínima: 90 dias ou conforme o fabricante
ACESSÓRIOS	
CONDIÇÃO DO EQUIPAMENTO	- Novo, lacrado, de primeiro uso e em linha de fabricação.
RESTRIÇÕES	- Não será aceito fita que não seja compatível com o tipo de equipamento especificado;
MODELOS DE REFERÊNCIA	- Todos os modelos da série M compatíveis com rotuladoras Brother.

Abraçadeiras de Nylon 20 CM - pacote com 100

ITEM	DESCRIÇÃO/REQUISITOS TÉCNICOS
TIPO	- Abraçadeira de nylon Hellermannntyton PT 100 UN
CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS	- Abraçadeira de nylon 4,6(4,8)x200mm

DEMAIS ESPECIFICAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> - Abraçadeira 100% nylon - Cor preta ou natural - Auto travante - Alta resistência à tração e abrasão e com proteção UV - Embalagem com 100 unidades - 4,6(4,8) x 200mm - Garantia: padrão do fabricante
ACESSÓRIOS	
CONDIÇÃO DO EQUIPAMENTO	- Novo, lacrado, de primeiro uso e em linha de fabricação.
RESTRIÇÕES	
MODELOS DE REFERÊNCIA	

Porca Gaiola - pacote com 100

ITEM	DESCRIÇÃO/REQUISITOS TÉCNICOS
TIPO	- Porca Gaiola com parafuso - pacote com 100 unidades
CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS	- Kit Porca Gaiola com Parafuso para Rack 19"
DEMAIS ESPECIFICAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> - Porca e Parafuso M5 (Padrão racks de telecom) - Latão cobreado - Tipo fenda cruzada (Philips) - Para uso em Racks com largura padrão de 19" - Garantia: padrão do fabricante
ACESSÓRIOS	
CONDIÇÃO DO EQUIPAMENTO	- Novo, lacrado, de primeiro uso e em linha de fabricação.
RESTRIÇÕES	
MODELOS DE REFERÊNCIA	

Alicate de Crimpagem com catraca

ITEM	DESCRIÇÃO/REQUISITOS TÉCNICOS
TIPO	- Alicate Crimpar com catraca para RJ45 EZ Crimp
CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS	- Alicate de Crimpar, modelo Catraca do tipo EZ Crimp, compatível com conectores RJ-45 EZ Crimp para cabos do tipo CAT-6
DEMAIS ESPECIFICAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> - Alicate de crimpar Multi função corta fio compatível com conectores de rede de dados ou voz dos modelos RJ45, RJ12 e RJ11, de 4, 6 ou 8 vias Cat5e/Cat6 EZ Crimp - Corpo em termoplástico de alto impacto para não propagar à chama - Compatível com os padrões de montagem T568A e T568B - Compatível com conectores RJ45 do tipo EZ Crimp - Garantia: padrão do fabricante
ACESSÓRIOS	
CONDIÇÃO DO EQUIPAMENTO	- Novo, lacrado, de primeiro uso e em linha de fabricação.
RESTRIÇÕES	- Não será aceito alicates que não sejam do tipo EZ Crimp.
MODELOS DE REFERÊNCIA	

Conectores RJ-45 - CAT6 - pacote com 100

ITEM	DESCRIÇÃO/REQUISITOS TÉCNICOS
TIPO	- Conector Rj45 Macho Cat6 / Cat5e para Cabo de Rede EZ Vazado
CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS	
DEMAIS ESPECIFICAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> - Tipo: Conector RJ45 Cat6 Vazado EZ Crimp - Corpo em termoplástico de alto impacto - 8 Condutores banhados a ouro - Compatível com os padrões de montagem T568A e T568B - Contatos adequados para condutores sólidos 0,35mm - Garantia: padrão do fabricante
ACESSÓRIOS	
CONDIÇÃO DO EQUIPAMENTO	- Novo, lacrado, de primeiro uso e em linha de fabricação.
RESTRIÇÕES	- Não será aceito conector que não seja compatível com o tipo de alicate especificado (EZ Crimp Cat6);
MODELOS DE REFERÊNCIA	

Caixa de Cabo de rede CAT6 (Caixa com 305 m)

ITEM	DESCRIÇÃO/REQUISITOS TÉCNICOS
TIPO	- Cabo de Rede CAT6, 305 Metros, 100% cobre
CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS	- Cabo de Rede CAT6, 4 Pares 24/23 AWG, U/UTP, 250 MHz, 1000 Mbps
DEMAIS ESPECIFICAÇÕES	- Categoria 6 (CAT6): suporta redes Gigabit e até 250 MHz - Condutor de cobre nu 24/23 AWG (100% cobre) - 4 pares U/UTP (não blindado) - Capa CMX (PVC retardante à chama) - Compatível com RoHS - De acordo com as normas ANSI/TIA-568-C.2, ISO/IEC 11801, NBR 14703, NBR 14705 - Diâmetro nominal: 6,0 mm - Caixa com 305 m - Garantia: padrão do fabricante
ACESSÓRIOS	
CONDIÇÃO DO EQUIPAMENTO	- Novo, lacrado, de primeiro uso e em linha de fabricação.
RESTRIÇÕES	- Não será aceito cabo do tipo CFTV ou outro que não seja compatível com as especificações acima.
MODELOS DE REFERÊNCIA	

14. ANEXO II

ANEXO II

Justificativa pela adoção do Sistema de Registro de Preços (Decreto Estadual nº 21.938/2023, Art. 4)

1. O artigo 4º do Decreto Estadual nº 21.938/2023 define as situações em que o Sistema de Registro de Preços (SRP) pode ser preferencialmente adotado, conforme segue:

- Art. 4º O SRP será adotado preferencialmente nas seguintes hipóteses:
- I. Quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes.
 - II. Quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou em regime de tarefa.
 - III. Quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou entidade.
 - IV. Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração. (Grifo nosso)

2. É fundamental destacar que o Sistema de Registro de Preços tem como objetivo promover a economicidade. No caso em questão, optou-se por esse sistema em razão da necessidade de realizar a compra de forma parcelada, uma vez que não há demanda imediata para a entrega de todo o quantitativo previsto neste documento.

3. Essa abordagem evita a realização de novos pregões para a aquisição do mesmo material, resultando em economia para a Administração. A quantidade de materiais a ser entregue será conforme a necessidade do setor requisitante.

Justificativa para Não Permissão de Adesão de Órgãos Não Participantes à Ata de Registro de Preços

4. Conforme o disposto no art. 7º, inciso XI, do Decreto Federal nº 11.462/2023, e no art. 36, §1º, inciso VI, do Decreto Estadual nº 21.872/2023, é atribuído ao órgão ou entidade gerenciadora o poder de deliberar sobre a possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) por órgãos ou entidades não participantes do planejamento da contratação. Dessa forma, **Não será permitida a adesão à ARP por entes não participantes**, considerando as seguintes justificativas:

- A presente contratação envolve o fornecimento de ferramentas e insumos destinados ao suporte técnico de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), cuja adequada execução depende de planejamento prévio quanto às quantidades estimadas, à padronização dos materiais e à logística de fornecimento. A eventual adesão por órgãos não participantes poderia resultar em aumento imprevisível da demanda, comprometendo o equilíbrio do planejamento inicial, gerando risco de desabastecimento para o órgão gerenciador e participantes, além de impactar negativamente a gestão contratual.
- A permissão de adesões implicaria aumento da complexidade administrativa, com a necessidade de análise e autorização de múltiplos pedidos, controle de quantitativos, acompanhamento de execuções descentralizadas e mitigação de riscos relacionados ao descumprimento contratual. Tais fatores podem comprometer a eficiência administrativa, em afronta aos princípios da eficiência, do planejamento e do interesse público.
- Há risco concreto de prejuízo ao conjunto do objeto contratado, especialmente em razão da possibilidade de subestimativa de demanda inicial, situação já apontada em entendimentos do TCU como fator de risco relevante em contratações que admitem adesões indiscriminadas. Tal cenário pode comprometer a execução contratual e a continuidade dos serviços essenciais de suporte técnico de TIC.

5. Conclui-se que a permissão de adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos não participantes não se mostra vantajosa para a Administração Pública, tampouco compatível com as características do objeto e com a capacidade operacional do órgão gerenciador, podendo, ao contrário, representar riscos à execução contratual e ao atendimento do interesse público. Em observância aos princípios da motivação, da eficiência, do planejamento e da supremacia do interesse público, bem como em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas da União, **opta-se pela não permissão de adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes.**

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCOS MACIEL MARTINS BRITO

Autoridade competente

Despacho: PORTARIA PGJ/PI Nº: 4335/2024, 14 de novembro de 2024

JOAO CARLOS BARBOSA DOS SANTOS

Integrante Técnico

Despacho: PORTARIA PGJ/PI Nº: 4335/2024, 14 de novembro de 2024

ITALO GARCIA ARAUJO NOGUEIRA

Integrante requisitante

Despacho: PORTARIA PGJ/PI Nº: 4335/2024, 14 de novembro de 2024

BRENO REIS DO NASCIMENTO

Integrante Administrativo

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO PIAUI

Estudo Técnico Preliminar 8/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 19.21.0016.0010989/2026-51

2. Histórico de revisões

DATA	VERSÃO	DESCRIÇÃO	AUTOR
25/03/2026	1.0	Finalização da primeira versão	Equipe de Planejamento da Contratação
09/04/2026	2.0	Correções sugeridas pela Assessoria para Gerenciamento de Licitações	Equipe de Planejamento da Contratação
05/05/2026	3.0	Correções solicitadas pela ASSESSORIA PARA PARECERES EM PROCESSOS LICITATORIOS	Equipe de Planejamento da Contratação

3. Previsão da contratação no PCA/MPPI

3.1. Esta aquisição está alinhada com o Plano de Contratações Anual 2026 – PCA do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), conforme especificado abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO
7E4A	Etiquetadora
6525	Abraçadeiras de Nylon 20 CM - pacote com 100
EDA7	Porca Gaiola - pacote com 100
726B	Bobinas de Etiketadoras/Rotuladoras
61F1	Conectores RJ-45 - CAT6 - pacote com 100
C0EB	Alicate de Crimpagem
BAD6	Caixa de Cabo de rede CAT6

<https://www.mppi.mp.br/internet/wp-content/uploads/2026/04/PCA-2026-Versao-2.0-MPPI.pdf>

4. Descrição da necessidade

A presente contratação tem por finalidade suprir o Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) com materiais e ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), tais como etiquetadoras, alicates de crimpagem, cabos de rede padrão CAT6, conectores RJ-45, abraçadeiras de nylon, porcas gaiola e insumos para rotuladoras, entre outros itens necessários às atividades de manutenção e organização da infraestrutura tecnológica da instituição.

Os materiais serão utilizados pela **Divisão de Atendimento ao Usuário (DAU)** da Procuradoria-Geral de Justiça, unidade responsável pelo suporte técnico, manutenção de equipamentos e atendimento às demandas relacionadas à infraestrutura de TIC no âmbito do MPPI.

Tais recursos são indispensáveis para garantir o adequado funcionamento do parque tecnológico institucional, proporcionando suporte às rotinas administrativas, às atividades de suporte técnico e às demandas operacionais da equipe de TIC, especialmente no que se refere à instalação, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, organização de cabeamento estruturado, substituição de componentes e reposição de insumos utilizados nas atividades de campo.

A aquisição também contribui para a padronização, identificação e organização dos ativos de tecnologia da informação, bem como para a manutenção da infraestrutura de rede lógica, possibilitando maior eficiência na gestão dos equipamentos, redução do tempo de atendimento às ocorrências técnicas e melhoria na rastreabilidade dos ativos institucionais.

Nesse contexto, a manutenção adequada da infraestrutura tecnológica e de rede é fundamental para assegurar a continuidade dos serviços de TIC, a disponibilidade dos sistemas institucionais e o pleno funcionamento das atividades administrativas e finalísticas do Ministério Público.

Ressalta-se, ainda, que a ARP **22/2025**, da Divisão de Material de Consumo (DMC) vinculada à Coordenadoria de Apoio Administrativo (CAA) (19.21.0428.0015722/2024-43), que visa o fornecimento de materiais de escritório e ferramentas e insumos de manutenção, não pode ser mais utilizada por já ter chegado a validade final sem a possibilidade de renovação.

A aquisição dos materiais e ferramentas descritos visa atender às seguintes necessidades institucionais:

1. **Manutenção da infraestrutura de rede lógica** do MPPI, incluindo substituição e confecção de cabos de rede.
2. **Instalação e organização de novos pontos de rede** nas unidades administrativas e promotorias.
3. **Identificação e rotulagem de ativos de TIC**, racks, cabos e pontos de rede.
4. **Padronização da identificação de equipamentos e infraestrutura tecnológica**, facilitando a gestão de ativos.
5. **Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de rede e estações de trabalho.**
6. **Organização e fixação adequada de cabeamento estruturado**, garantindo melhor gestão da infraestrutura.
7. **Montagem e manutenção de racks de rede**, com utilização de porcas gaiola e acessórios.
8. **Redução do tempo de atendimento às demandas técnicas**, mediante disponibilidade de ferramentas e insumos adequados.
9. **Melhoria da rastreabilidade e controle patrimonial dos equipamentos de TIC.**
10. **Garantia da continuidade dos serviços de tecnologia da informação**, essenciais ao funcionamento institucional.

A indisponibilidade desses materiais compromete a execução das atividades de suporte técnico e manutenção da infraestrutura de TIC, podendo impactar negativamente a disponibilidade dos serviços institucionais

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	MARCOS MACIEL MARTINS BRITO

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sustentabilidade

6.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

6.1.1. Os fornecedores poderão apresentar, quando aplicável, comprovação de enquadramento ao disposto no art. 5º, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: “Art. 5º: Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital."

6.1.2. Conforme estabelecido no §2º do Art. 5º da mesma Instrução Normativa, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o CONTRATANTE poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da fornecedora selecionada. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

6.1.3. Para atestar a aderência a programas de sustentabilidade e minimizar o impacto ambiental ao longo do ciclo de vida, o equipamento deve comprovadamente possuir Certificação de Rótulo Ecológico para produtos de informática. A comprovação pode ser feita por meio de apresentação de Certificado EPEAT ou Certificado TCO ou Certificado de Rótulo Ecológico para Produtos de Informática emitido pela ABNT ou por organismo acreditado pelo INMETRO (Cgcre).

6.1.4. O modelo dos equipamentos ofertados devem estar em conformidade a diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), isto é, ser construído com materiais que não agredem o meio ambiente, comprovado através apresentação de Certificado de conformidade com a diretiva ROHS, ou Certificado de Rotulagem Ambiental emitido pela ABNT ou certificado emitido por organismo acreditado pelo Cgcre (INMETRO) que assegure a conformidade com a Diretiva ROHS ou Autodeclaração de conformidade emitida pelo fabricante atestando a conformidade com a Diretiva ROHS.

6.1.5. Os resíduos com logística reversa obrigatória, gerados durante a execução do objeto contratado, devem estar em conformidade com as normas do tópico Resíduos com Logística Reversa do Guia de Contratações Sustentáveis da AGU.

Indicação de marcas ou modelos

6.2. Na presente contratação será admitida a indicação das seguintes marcas, características ou modelos:

- Rotuladora da **marca Brother**, compatível com fitas de rotulagem do **tipo M da marca Brother**;
- Bobinas para etiquetadoras/rotuladoras compatíveis com os equipamentos da **marca Brother**.

6.2.1. Justifica-se a indicação da marca em razão de o suporte técnico do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) já possuir etiquetadoras /rotuladoras da **marca Brother**, bem como estoque de bobinas adquiridas em contratações anteriores, pertencentes ao mesmo padrão tecnológico.

6.2.2. A adoção de equipamentos e insumos compatíveis com os já utilizados pela instituição visa **garantir a padronização tecnológica, a plena compatibilidade entre equipamentos e insumos, a otimização do uso dos materiais já disponíveis em estoque e a racionalização dos custos operacionais**.

6.2.3. Assim, para assegurar a interoperabilidade com os equipamentos atualmente utilizados pelo suporte técnico do MPPI, **serão aceitas apenas rotuladoras/etiquetadoras da marca Brother, bem como bobinas compatíveis com os modelos ofertados e com os equipamentos já existentes na instituição**.

6.3. A indicação de marca encontra fundamento no art. 41 da Lei nº 14.133/2021, sendo motivada pela necessidade de padronização e compatibilidade com os equipamentos já existentes no ambiente tecnológico da instituição.

Da vedação de contratação de marca ou produto

6.4. Não há vedação a uma marca/produto específico, nos termos do Art. 41, inciso III, da Lei 14.133/2021.

Da exigência de amostra

6.5. Não haverá a exigência de amostras para a presente aquisição.

Da exigência de carta de solidariedade para o fornecimento de bens

6.6. Conforme o art. 41, inciso IV da Lei 14.133/2021, "**No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente: IV - solicitar, motivadamente, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso**

de licitante revendedor ou distribuidor."

6.7. Não se trata de uma licitação para o fornecimento de bens com alta complexidade, com isso, **não será exigida a carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.**

Subcontratação, Consórcios e Cooperativa

6.8. Não será admitida a subcontratação do objeto, bem como a participação de empresas em regime de consórcio no presente processo licitatório.

6.8.1. A subcontratação não será permitida, tendo em vista que o objeto da contratação consiste no fornecimento de bens comuns de TIC, de baixa complexidade técnica e amplamente disponíveis no mercado. Dessa forma, a execução direta pelo contratado possibilita à Administração manter maior controle sobre a qualidade dos produtos fornecidos, o cumprimento dos prazos contratuais e a observância das especificações técnicas estabelecidas no instrumento convocatório.

6.8.2. A participação de empresas em regime de consórcio não será admitida, considerando que os itens a serem adquiridos não apresentam elevado grau de complexidade técnica nem envolvem vulto econômico significativo que justifique a união de empresas para fins de atendimento aos requisitos de habilitação ou de execução contratual. Ademais, trata-se de objeto amplamente ofertado no mercado por diversos fornecedores, os quais possuem plena capacidade de fornecimento de forma individual, não havendo necessidade de formação de consórcio para garantir a competitividade do certame.

6.9. Não será admitida a participação de cooperativas no presente processo licitatório, considerando que o objeto da contratação consiste no fornecimento de bens, com responsabilidade direta do fornecedor quanto à garantia, qualidade, logística de entrega e cumprimento das obrigações contratuais. Nesse contexto, a participação de cooperativas poderia comprometer a adequada caracterização da relação contratual, uma vez que esse tipo de organização possui regime jurídico próprio voltado à prestação de serviços por cooperados, o que não se mostra compatível com a natureza do objeto a ser contratado.

Garantia da contratação

6.10. Não haverá exigência de garantia contratual nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6.10.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de bens de consumo durável cuja entrega se dará de forma única e em prazo determinado, com garantia técnica de funcionamento prevista nas especificações do Termo de Referência e assegurada pelo fabricante ou fornecedor.

6.10.2. Tendo em vista que não se trata de fornecimento continuado, prestação de serviço com dedicação de mão de obra ou entrega parcelada, e que os riscos à Administração após o recebimento definitivo dos itens são mínimos, não se justifica a exigência de garantia contratual adicional.

6.10.3. Ademais, o contrato preverá, conforme legislação vigente, mecanismos adequados de controle e penalização, como a retenção de pagamentos, a aplicação de sanções administrativas em caso de descumprimento das obrigações assumidas e o cumprimento da garantia de funcionamento dos itens, conforme os prazos mínimos exigidos no Termo de Referência.

Desempate ficto em favor de ME/EPP

6.11. Conforme a Lei Complementar nº 123/2006, empresas ME e EPPs têm tratamento diferenciado e podem ser favorecidas em contratações públicas.

6.11.1. Esse tratamento diferenciado será aplicado aos lotes com valor de até **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, em conformidade com o § 8º do Art. 5º do Decreto Estadual nº 16.212/2015, autorizado conforme o Art. 190, inciso III do Decreto Estadual 21.872, de 07 de março de 2023.

6.11.2. Nessas condições, as propostas de microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.11.3. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.11.4. Caso a microempresa - ME ou a empresa de pequeno porte - EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa - ME e empresa de pequeno porte EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.11.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.11.6. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por: I - empresas estabelecidas no território do Estado do Piauí.

6.11.7. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no Piauí.

6.11.8. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia em qualquer Estado do Brasil.

Margem de Preferência

6.12. Conforme o disposto no Art. 26 da Lei nº 14.133/2021, a análise de viabilidade de aplicação de margem de preferência normal e adicional foi considerada nesta contratação. A margem de preferência tem como objetivo incentivar a aquisição de bens e serviços desenvolvidos no território

nacional, promovendo o desenvolvimento econômico, tecnológico e a geração de empregos no país.

6.13. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência normal de 10%, prevista no Decreto n.º 11.890/2024, conforme disposto na Resolução SEGES-CICS/MGI nº 4, de 18 de outubro de 2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

Garantia, manutenção e assistência técnica

6.14. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 06 (seis) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6.15. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6.16. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

6.17. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

6.18. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

6.19. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

6.20. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

6.21. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

6.22. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

6.23. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

6.24. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6.25. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Reserva de cotas para ME/EPP

6.26. Embora o objeto do Lote 3 seja composto por bens de natureza divisível, em tese enquadráveis na regra de reserva de cota de até 25% para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, verifica-se, no caso concreto, a inviabilidade técnica e a desvantagem administrativa na adoção de tal medida, razão pela qual se aplica a exceção prevista no art. 49, inciso III, do mesmo diploma legal.

6.26.1. A adoção de cotas distintas para um mesmo lote pode comprometer a padronização dos materiais adquiridos, impactando diretamente a eficiência operacional das atividades de suporte técnico de TIC, bem como dificultar a gestão de estoque, o controle patrimonial e a rastreabilidade dos insumos. Ressalte-se que a padronização é elemento essencial para garantir a qualidade dos serviços prestados, reduzir falhas operacionais e otimizar o tempo de atendimento.

6.26.2. Sob o aspecto logístico e contratual, a divisão em cotas pode acarretar aumento da complexidade na gestão da contratação, com multiplicidade de fornecedores, diferentes prazos de entrega, variação de qualidade entre os produtos e maior risco de inadimplemento parcial. Tais fatores tendem a elevar os custos indiretos da contratação, contrariando o princípio da economicidade e podendo comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

6.26.3. Conclui-se que a aplicação do tratamento diferenciado previsto nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, no caso específico do Lote 3, não se revela vantajosa para a Administração Pública, podendo, ao contrário, representar prejuízo ao conjunto do objeto contratado. Assim, com fundamento no art. 49, inciso III, da referida Lei Complementar, justifica-se a não adoção da cota reservada de até 25% para microempresas e empresas de pequeno porte.

7. Levantamento de Mercado

7.1. Entre as soluções disponíveis no mercado para atendimento da necessidade identificada, verifica-se que a alternativa mais adequada consiste na **aquisição de materiais e ferramentas de apoio à manutenção da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)**, tais como etiquetadoras, bobinas para rotuladoras, abraçadeiras de nylon, porcas gaiola, conectores RJ-45 padrão CAT6, alicate de crimpagem e cabos de rede CAT6. Tais itens destinam-se à recomposição e manutenção do **estoque do almoxarifado do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI)**, possibilitando o atendimento contínuo das demandas operacionais da área de suporte técnico.

7.2. O objeto demandado possui diversas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, nas esferas federal, estadual e municipal, não se tratando, portanto, de demanda exclusiva ou incomum no mercado.

7.3. Os materiais especificados neste estudo são classificados como **bens comuns, não sendo considerados como materiais ou equipamentos de TIC**,

amplamente disponíveis no mercado e comercializados por diversos fornecedores especializados em equipamentos e suprimentos de tecnologia da informação, redes de computadores e infraestrutura de telecomunicações.

7.4. Considerando as características dos itens e a possibilidade de consumo parcelado ao longo do período contratual, o **Sistema de Registro de Preços (SRP)** apresenta-se como alternativa viável para a contratação, permitindo à Administração realizar aquisições conforme a necessidade, sem a obrigatoriedade de contratação imediata da totalidade dos quantitativos estimados.

7.5. Diante das necessidades apontadas neste Estudo Técnico Preliminar, o atendimento à solução requer a contratação de **empresa especializada no fornecimento de materiais de consumo e ferramentas/materiais de infraestrutura de rede**, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido, garantindo a qualidade dos produtos e o atendimento às especificações técnicas estabelecidas.

7.6. A aquisição dos materiais objeto do presente Estudo Técnico Preliminar constitui prática comum no âmbito da Administração Pública, sendo itens frequentemente adquiridos por órgãos e entidades governamentais para suporte às atividades de manutenção de infraestrutura de rede, organização de cabeamento estruturado e identificação de ativos tecnológicos.

7.7. Verifica-se, no mercado, **ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais** a serem adquiridos, com capacidade de atendimento aos requisitos técnicos estabelecidos neste documento, o que favorece a competitividade do certame.

7.8. Diante das informações levantadas, da análise das soluções disponíveis no mercado e considerando o histórico de contratações similares realizadas por este órgão, conclui-se que **a aquisição dos materiais descritos neste estudo representa a solução mais adequada, viável e economicamente vantajosa para atender às necessidades institucionais do MPPI**, garantindo o adequado suporte às atividades de manutenção e organização da infraestrutura de TIC.

8. Descrição da solução como um todo

8.1. Fichas técnicas e catálogos:

- 8.1.1. A licitante deve apresentar, sob pena de desclassificação, documentações oficiais do fabricante que comprovem, de forma inequívoca, que os equipamentos ofertados atendem integralmente às exigências do edital.
- 8.1.2. Serão aceitas apenas documentações oficiais do fabricante, como fichas técnicas, catálogos, páginas web, declarações, entre outros. Essas documentações devem conter informações claras sobre a marca, modelo e código de identificação (Part Number, SKU ou equivalente) dos equipamentos, quando houver, permitindo a verificação precisa da conformidade das características dos equipamentos ofertados com as exigências do edital.
- 8.1.3. Não serão aceitas documentações técnicas dúbias ou que descrevam apenas todas as possíveis características da linha ou modelo do equipamento ofertado. A documentação técnica será rigorosamente analisada pelo departamento técnico deste órgão, que verificará a conformidade dos equipamentos com as exigências do termo de referência. Licitantes que ofertarem equipamentos que não atenderem integralmente às exigências do edital, incluindo a necessidade de comprovações adequadas, serão desclassificados.

8.2. Especificações técnicas dos bens que compõem a solução.

Etiquetadora/Rotuladora (Modelo Brother)

ITEM	DESCRIÇÃO/REQUISITOS TÉCNICOS
TIPO	Rotuladora compatível com as fitas Brother tipo M
CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS	Rotuladora da marca Brother compatível com as fitas do tipo M (Preto sobre Branco) fornecidas pela empresa Brother International Corporation do Brasil, conforme justificativa incluída no Estudo Técnico Preliminar.
DEMAIS ESPECIFICAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">- Tela LCD de 12 caracteres x 1 linha- Compatível com fitas 12mm e 9mm (modelo Brother tipo M)- Teclado QWERTY;- Cortador manual;- Impressão por transferência térmica;- Alimentação por pilhas ou Fonte AD24A;- Até 2 linhas por etiqueta;- Até 9 cópias múltiplas;- Permite impressão vertical;- Velocidade de impressão de até 7,5 mm/s;- Resolução de impressão máxima de até 203 dpi;- Garantia: padrão do fabricante
ACESSÓRIOS	
CONDIÇÃO DO EQUIPAMENTO	- Novo, lacrado, de primeiro uso e em linha de fabricação.
RESTRIÇÕES	- Não será aceito equipamento que não seja compatível com o tipo de fita especificado;
MODELOS DE REFERÊNCIA	- Brother PT70, PT70BM, PT80, PT95, PTM95WT, PTM95BK, PTM95WTBP e PTM95BKBP

Bobinas de Etiquetadoras/Rotuladoras

ITEM	DESCRIÇÃO/REQUISITOS TÉCNICOS
TIPO	- Fita para rotuladora Brother
CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS	- Fita para rotuladora Brother, 12mm x 8m, Branca, Escrita preta, M231, Brother ou marca compatível
DEMAIS ESPECIFICAÇÕES	- Tipo da fita: térmica - Comprimento: 8 metros - Largura: 12mm - Cor da fita: branca - Cor da letra: preta - Garantia mínima: 90 dias ou conforme o fabricante
ACESSÓRIOS	
CONDIÇÃO DO EQUIPAMENTO	- Novo, lacrado, de primeiro uso e em linha de fabricação.
RESTRIÇÕES	- Não será aceito fita que não seja compatível com o tipo de equipamento especificado;
MODELOS DE REFERÊNCIA	- Todos os modelos da série M compatíveis com rotuladoras Brother.

Abraçadeiras de Nylon 20 CM - pacote com 100

ITEM	DESCRIÇÃO/REQUISITOS TÉCNICOS
TIPO	- Abraçadeira de nylon Hellermannntyton PT 100 UN
CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS	- Abraçadeira de nylon 4,6(4,8)x200mm
DEMAIS ESPECIFICAÇÕES	- Abraçadeira 100% nylon - Cor preta ou natural - Auto travante - Alta resistência à tração e abrasão e com proteção UV - Embalagem com 100 unidades - 4,6(4,8) x 200mm - Garantia: padrão do fabricante
ACESSÓRIOS	
CONDIÇÃO DO EQUIPAMENTO	- Novo, lacrado, de primeiro uso e em linha de fabricação.
RESTRIÇÕES	
MODELOS DE REFERÊNCIA	

Porca Gaiola - pacote com 100

ITEM	DESCRIÇÃO/REQUISITOS TÉCNICOS
TIPO	- Porca Gaiola com parafuso - pacote com 100 unidades
CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS	- Kit Porca Gaiola com Parafuso para Rack 19"
DEMAIS ESPECIFICAÇÕES	- Porca e Parafuso M5 (Padrão racks de telecom) - Latão cobreado - Tipo fenda cruzada (Philips) - Para uso em Racks com largura padrão de 19" - Garantia: padrão do fabricante
ACESSÓRIOS	
CONDIÇÃO DO EQUIPAMENTO	- Novo, lacrado, de primeiro uso e em linha de fabricação.
RESTRIÇÕES	
MODELOS DE REFERÊNCIA	

Alicate de Crimpagem com catraca

ITEM	DESCRIÇÃO/REQUISITOS TÉCNICOS
TIPO	- Alicate Crimpar com catraca para RJ45 EZ Crimp
CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS	- Alicate de Crimpar, modelo Catraca do tipo EZ Crimp, compatível com conectores RJ-45 EZ Crimp para cabos do tipo CAT-6
DEMAIS ESPECIFICAÇÕES	- Alicate de crimpar Multi função corta fio compatível com conectores de rede de dados ou voz dos modelos RJ45, RJ12 e RJ11, de 4, 6 ou 8 vias Cat5e/Cat6 EZ Crimp - Corpo em termoplástico de alto impacto para não propagar à chama - Compatível com os padrões de montagem T568A e T568B

	- Compatível com conectores RJ45 do tipo EZ Crimp - Garantia: padrão do fabricante
ACESSÓRIOS	
CONDIÇÃO DO EQUIPAMENTO	- Novo, lacrado, de primeiro uso e em linha de fabricação.
RESTRIÇÕES	- Não será aceito alicates que não sejam do tipo EZ Crimp.
MODELOS DE REFERÊNCIA	

Conectores RJ-45 - CAT6 - pacote com 100

ITEM	DESCRIÇÃO/REQUISITOS TÉCNICOS
TIPO	- Conector Rj45 Macho Cat6 / Cat5e para Cabo de Rede EZ Vazado
CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS	
DEMAIS ESPECIFICAÇÕES	- Tipo: Conector RJ45 Cat6 Vazado EZ Crimp - Corpo em termoplástico de alto impacto - 8 Condutores banhados a ouro - Compatível com os padrões de montagem T568A e T568B - Contatos adequados para condutores sólidos 0,35mm - Garantia: padrão do fabricante
ACESSÓRIOS	
CONDIÇÃO DO EQUIPAMENTO	- Novo, lacrado, de primeiro uso e em linha de fabricação.
RESTRIÇÕES	- Não será aceito conector que não seja compatível com o tipo de alicate especificado (EZ Crimp Cat6);
MODELOS DE REFERÊNCIA	

Caixa de Cabo de rede CAT6

ITEM	DESCRIÇÃO/REQUISITOS TÉCNICOS
TIPO	- Cabo de Rede CAT6, 305 Metros, 100% cobre
CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS	- Cabo de Rede CAT6, 4 Pares 24/23 AWG, U/UTP, 250 MHz, 1000 Mbps
DEMAIS ESPECIFICAÇÕES	- Categoria 6 (CAT6): suporta redes Gigabit e até 250 MHz - Condutor de cobre nu 24/23 AWG (100% cobre) - 4 pares U/UTP (não blindado) - Capa CMX (PVC retardante à chama) - Compatível com RoHS - De acordo com as normas ANSI/TIA-568-C.2, ISO/IEC 11801, NBR 14703, NBR 14705 - Diâmetro nominal: 6,0 mm - Caixa com 305 m - Garantia: padrão do fabricante
ACESSÓRIOS	
CONDIÇÃO DO EQUIPAMENTO	- Novo, lacrado, de primeiro uso e em linha de fabricação.
RESTRIÇÕES	- Não será aceito cabo do tipo CFTV ou outro que não seja compatível com as especificações acima.
MODELOS DE REFERÊNCIA	

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1. As quantidades estimadas para a presente contratação foram definidas com base no histórico de consumo de materiais utilizados pela Divisão de Atendimento ao Usuário (DAU), nas demandas recorrentes relacionadas à manutenção da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), bem como na necessidade de recomposição do estoque do almoxarifado institucional.

9.2. Foram considerados, para fins de estimativa, os seguintes fatores:

- histórico de utilização de materiais em atividades de suporte técnico;
- necessidade de manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura de rede lógica;
- atividades de organização e identificação de ativos e cabeamento estruturado;
- substituição periódica de componentes e insumos utilizados nas atividades de campo;
- atendimento às demandas das diversas unidades administrativas e promotorias do MPPI.

9.3. Os materiais a serem adquiridos são insumos de uso contínuo pela equipe de suporte técnico, sendo utilizados em atividades como instalação de pontos de rede, confecção e substituição de cabos de rede, organização de cabeamento estruturado, montagem e manutenção de racks, bem como na identificação e rotulagem de equipamentos e infraestrutura tecnológica.

9.4. A definição dos quantitativos buscou assegurar o atendimento das demandas institucionais ao longo do período de vigência da contratação, evitando tanto a aquisição insuficiente, que poderia comprometer a continuidade das atividades de suporte técnico, quanto a aquisição excessiva, que poderia resultar em estoque desnecessário de materiais.

9.5. Dessa forma, as quantidades estimadas refletem uma **projeção de consumo baseada na demanda institucional e no planejamento das atividades de manutenção da infraestrutura de TIC**, garantindo maior eficiência na gestão dos recursos públicos e na operacionalização das atividades da área de tecnologia da informação.

9.6. Ressalta-se que os quantitativos indicados representam **estimativas de consumo**, podendo variar de acordo com as necessidades operacionais do órgão, especialmente considerando a expansão da infraestrutura tecnológica, a abertura de novas unidades ou a necessidade de adequações na rede lógica institucional.

LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD
1	1	292202	Rotuladora/Etiquetadora Brother	UND	10
	2	289192	Bobinas de Etiketadoras/Rotuladoras compatível com rotuladora Brother (M231)	UND	50
2	3	614214	Abraçadeiras de Nylon 20 CM - pacote com 100	PCT100UN	50
	4	630993	Porca Gaiola - pacote com 100	PCT100UN	50
3	5	448853	Conectores RJ-45 EZ Crimp - CAT6 - pacote com 100	PCT100UN	100
	6	301895	Alicate de Crimpagem com catraca EZ Crimp	UND	50
	7	481370	Caixa de Cabo de rede CAT6	CX	100

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 104.290,20

- 10.1. A estimativa do valor do Registro de Preços é de **R\$ 104.290,20 (cento e quatro mil duzentos e noventa reais e vinte centavos)**.
- 10.2. Os cálculos, o Mapa Comparativo de Preços e o relatório de cotação gerado pela plataforma www.bancodeprecos.com.br encontram-se devidamente anexados a este documento, para fins de comprovação da estimativa de custos e embasamento da análise de viabilidade econômica.
- 10.3. As fontes pesquisadas para a pesquisa foram baseadas nos **incisos I, II e III do art. 5º, da IN nº 65/2021**, do Ministério da Economia.
- 10.4. Foram DESCONSIDERADOS os valores superiores a 25% da média total (geral), conforme o Cap. 3, Inc. XXV do Manual de Pesquisa de Preços do STJ, bem como os valores inferiores a 75% da média simples da série de preços coletados.
- 10.5. Os portais selecionados para a pesquisa são empresas consolidadas no mercado, reconhecidas por fornecer equipamentos de TIC de qualidade tanto para o setor público quanto para o privado.
- 10.6. O método estatístico adotado foi a **média e mediana dos valores válidos**, conforme orienta o Manual de Pesquisa de Preços do STJ 4ª edição.

LOTE	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QTD	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL ESTIMADO
1	1	21172	Rotuladora/Etiquetadora Brother	10	R\$ 263,82 (média)	R\$ 2.638,20
	2	289192	Bobinas de Etiketadoras/Rotuladoras compatível com rotuladora Brother (M231)	50	R\$ 20,67 (mediana)	R\$ 1.033,50
Valor Lote 1:						R\$ 3.671,70
2	3	614214	Abraçadeiras de Nylon 20 CM - pacote com 100	50	R\$ 12,19 (mediana)	R\$ 609,50
	4	630993	Porca Gaiola - pacote com 100	50	R\$ 89,66 (mediana)	R\$ 4.483,00
Valor Lote 2:						R\$ 5.092,50
3	5	448853	Conectores RJ-45 EZ Crimp - CAT6 - pacote com 100	100	R\$ 106,70 (média)	R\$ 10.670,00
	6	301895	Alicate de Crimpagem com catraca EZ Crimp	50	R\$ 88,90 (mediana)	R\$ 4.445,00
	7	481370	Caixa de Cabo de rede CAT6	100	R\$ 804,11 (média)	R\$ 80.411,00
Valor Lote 3:						R\$ 95.526,00
VALOR GLOBAL						R\$ 104.290,20

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1. O parcelamento do objeto foi adotado por meio da divisão em lotes, considerando sua **viabilidade técnica e econômica**, conforme dispõe o art. 40, inciso V, §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133/2021. Tal medida visa promover o melhor aproveitamento das condições de mercado, ampliar a competitividade do certame e possibilitar a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, sem comprometer a economia de escala.

11.2. Nessa perspectiva, a adjudicação por lotes mostra-se adequada, desde que não haja prejuízo à integridade do objeto ou perda significativa da economicidade da contratação. A divisão tem como finalidade permitir a participação de empresas que, embora não possuam capacidade para fornecer a totalidade dos itens, reúnam condições para atender a determinados grupos de materiais, ampliando o universo de potenciais licitantes.

11.3. A estruturação da contratação em lotes também contribui para uma melhor organização do certame, amplia as oportunidades de participação de micro e pequenas empresas e evita a concentração da contratação em um único fornecedor, promovendo maior competitividade e favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

11.4. Adicionalmente, o parcelamento mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajoso, uma vez que os itens a serem adquiridos são **bens independentes entre si, amplamente disponíveis no mercado e não configuram um sistema único ou integrado**, inexistindo necessidade de fornecimento conjunto obrigatório para garantir seu funcionamento ou utilização.

11.5. Além disso, não há exigência de padronização por marca para a maioria dos itens, à exceção dos itens 5 e 6, que exigem padrão EZ Crimp em razão da compatibilidade técnica com o alicate e conector utilizados pela equipe de TIC, o que reforça a possibilidade de fornecimento por diferentes empresas especializadas em cada tipo de material.

11.6. Dessa forma, conclui-se que o parcelamento da contratação em lotes **é tecnicamente viável, economicamente vantajoso e contribui para ampliar a competitividade do certame**, favorecendo a participação de um maior número de fornecedores e promovendo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1. Para esta solução **não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência** com o objeto da compra pretendida para essa finalidade, especificamente.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1. A aquisição pretendida **está alinhada ao planejamento estratégico e orçamentário da instituição**. Além disso, **está previsto no Plano de Contratação Anual da instituição**.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1. A contratação para aquisição de materiais e ferramentas de apoio às atividades de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), proporcionará benefícios diretos às atividades desempenhadas pela **Divisão de Atendimento ao Usuário (DAU)** do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), unidade responsável pelo suporte técnico e pela manutenção da infraestrutura tecnológica institucional.

14.2. A disponibilização desses materiais permitirá a adequada execução das atividades de manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura de rede e dos equipamentos de TIC, bem como a organização e identificação de ativos tecnológicos e de cabeamento estruturado, contribuindo para a melhoria da gestão do parque tecnológico da instituição.

14.3. Além disso, a recomposição e manutenção do estoque desses insumos possibilitará maior agilidade no atendimento das demandas de suporte técnico provenientes das unidades administrativas da Procuradoria-Geral de Justiça e das Promotorias de Justiça, tanto da capital quanto do interior do Estado, reduzindo o tempo de resposta às ocorrências técnicas e garantindo maior eficiência na prestação dos serviços de tecnologia da informação.

14.4. Dessa forma, a contratação contribuirá para o fortalecimento das atividades de suporte técnico de TIC no âmbito do MPPI, assegurando melhores condições operacionais para a equipe responsável pela manutenção e gestão da infraestrutura tecnológica da instituição.

14.5. Com a presente contratação, pretende-se alcançar os seguintes benefícios:

- 1. Melhoria da eficiência das atividades de suporte técnico de TIC**, mediante a disponibilidade de ferramentas e insumos adequados para execução das atividades da Divisão de Atendimento ao Usuário;
- 2. Maior agilidade no atendimento às demandas das unidades administrativas e promotorias**, reduzindo o tempo de resposta às solicitações de suporte técnico;
- 3. Aprimoramento da organização e identificação da infraestrutura de rede e dos ativos de TIC**, facilitando a gestão e manutenção do parque tecnológico institucional;
- 4. Garantia da continuidade das atividades de manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura de tecnologia da informação;**
- 5. Melhoria da gestão do estoque de materiais utilizados nas atividades de suporte técnico**, evitando a indisponibilidade de insumos necessários às operações da área de TIC.

15. Providências a serem Adotadas

- 15.1. Não serão necessárias adequações estruturais ou tecnológicas no ambiente interno da Divisão de Atendimento ao Usuário (DAU) ou de outras unidades do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) para o recebimento e utilização dos materiais a serem adquiridos, uma vez que os itens consistem em ferramentas e insumos de uso corrente nas atividades de suporte técnico de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).
- 15.2. A unidade demandante deverá indicar servidor ou equipe tecnicamente qualificada para atuar na **gestão e fiscalização do contrato**, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, cabendo a esse(s) agente(s) acompanhar a execução contratual, verificar a conformidade dos materiais fornecidos com as especificações estabelecidas no instrumento convocatório e atestar o recebimento dos produtos.
- 15.3. Deverá ser realizado o **planejamento logístico para recebimento, conferência e armazenamento dos materiais**, observando-se os procedimentos de controle patrimonial e de gestão de almoxarifado adotados pelo MPPI.
- 15.4. Após a entrega dos produtos, deverá ser efetuada a **conferência quantitativa e qualitativa dos itens fornecidos**, com verificação da conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência ou instrumento equivalente.
- 15.5. A Divisão de Atendimento ao Usuário (DAU) deverá realizar o **planejamento da utilização dos materiais**, de forma a garantir a adequada distribuição dos insumos para atendimento das demandas de suporte técnico provenientes das unidades administrativas e Promotorias de Justiça do MPPI.
- 15.6. As embalagens e demais resíduos decorrentes da entrega dos materiais deverão receber **destinação ambientalmente adequada**, em conformidade com a legislação ambiental vigente e com as políticas institucionais de sustentabilidade, buscando minimizar impactos ambientais decorrentes do descarte inadequado de resíduos.

16. Possíveis Impactos Ambientais

- 16.1. Considerando a natureza dos materiais a serem adquiridos, os impactos ambientais associados à contratação são considerados **de baixa magnitude**, pois tratam-se majoritariamente de ferramentas e insumos de uso corrente em atividades de manutenção de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).
- 16.2. Ainda assim, em conformidade com os princípios da sustentabilidade nas contratações públicas e com as orientações do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, são identificados os seguintes possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras.

Possível Impacto Ambiental	Medidas Mitigadoras
Geração de resíduos sólidos provenientes de embalagens (plástico, papelão e materiais de acondicionamento dos produtos).	Realizar a separação adequada dos resíduos recicláveis gerados durante o recebimento dos materiais e destiná-los à coleta seletiva ou a programas institucionais de reciclagem, quando existentes.
Descarte inadequado de materiais plásticos, como abraçadeiras de nylon e partes de conectores, que podem gerar impacto ambiental quando descartados de forma irregular.	Promover a correta segregação e descarte desses materiais conforme normas ambientais e procedimentos internos de gestão de resíduos sólidos.
Geração de resíduos decorrentes do consumo de bobinas e fitas de etiquetadoras, que podem gerar resíduos plásticos ou sintéticos.	Incentivar o descarte ambientalmente adequado desses insumos, priorizando reciclagem sempre que houver sistema disponível ou destinação adequada conforme as políticas ambientais vigentes.
Impactos ambientais decorrentes do processo produtivo dos materiais adquiridos, especialmente plásticos, metais e cabos de rede.	Priorizar a aquisição de produtos de fabricantes que atendam à legislação ambiental vigente e que possuam regularidade junto aos órgãos de controle ambiental quando aplicável.
Possível aumento da geração de resíduos tecnológicos ao longo do ciclo de vida das ferramentas utilizadas.	Promover o uso adequado e a manutenção das ferramentas adquiridas, de modo a ampliar sua vida útil e reduzir a necessidade de substituição prematura.
Descarte inadequado de resíduos gerados durante atividades de manutenção de rede (ex.: sobras de cabos, conectores e outros insumos).	Orientar a equipe técnica da Divisão de Atendimento ao Usuário (DAU) quanto à correta segregação e destinação dos resíduos gerados nas atividades de suporte técnico.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida é **tecnicamente necessária, administrativamente adequada e economicamente viável** para atender às demandas institucionais do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), em especial da **Divisão de Atendimento ao Usuário (DAU)**, unidade responsável pelo suporte técnico de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

A necessidade da contratação decorre da demanda contínua por **materiais e ferramentas utilizadas nas atividades de manutenção, instalação, organização e identificação da infraestrutura de rede e dos equipamentos de TIC**, bem como para o suporte técnico prestado aos membros, servidores e unidades administrativas do MPPI.

Os itens previstos na contratação, constituem **insumos essenciais para as atividades operacionais da equipe técnica**, sendo amplamente utilizados em procedimentos de organização de cabeamento estruturado, identificação de ativos de rede, montagem e manutenção de pontos de rede e organização física de racks e equipamentos.

O levantamento de mercado realizado demonstrou que os materiais objeto da contratação **são amplamente disponíveis no mercado**, sendo fornecidos por diversas empresas especializadas no ramo de equipamentos e insumos de tecnologia da informação e infraestrutura de redes, o que assegura **competitividade ao certame e viabilidade de obtenção de propostas vantajosas para a Administração Pública**.

A solução adotada, consistente na **aquisição dos materiais**, mostra-se a alternativa mais adequada para atendimento da demanda institucional, uma vez que se trata de **bens de consumo e ferramentas de uso contínuo**, necessários à reposição do estoque técnico utilizado nas atividades de suporte e manutenção da infraestrutura de TIC.

Além disso, a contratação permitirá:

- garantir a **continuidade dos serviços de suporte técnico de TIC** prestados pela Divisão de Atendimento ao Usuário;
- assegurar a **padronização e organização da infraestrutura de rede**, por meio da correta identificação e organização dos ativos e cabeamentos;
- proporcionar **maior eficiência nas atividades de manutenção e instalação de equipamentos de rede**;
- possibilitar **melhor gestão e organização dos ativos de TIC**, contribuindo para a segurança e rastreabilidade das estruturas tecnológicas;
- evitar a interrupção ou atraso na execução de atividades técnicas em razão da indisponibilidade de insumos básicos de manutenção.

Adicionalmente, verificou-se que a solução proposta **não demanda adaptações estruturais no ambiente institucional**, tampouco implica riscos relevantes ao funcionamento da infraestrutura existente, sendo plenamente compatível com os processos e rotinas operacionais atualmente adotados pela área de Tecnologia da Informação do MPPI.

Diante do exposto, e considerando a necessidade institucional, a disponibilidade de fornecedores no mercado, os benefícios operacionais decorrentes da aquisição e a compatibilidade da solução com a realidade tecnológica do órgão, **conclui-se pela viabilidade da contratação**, recomendando-se o prosseguimento do processo administrativo para a realização do procedimento licitatório correspondente.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA PGJ/PI Nº: 4335/2024, 14 de novembro de 2024

ITALO GARCIA ARAUJO NOGUEIRA

Integrante Requisitante

Despacho: PORTARIA PGJ/PI Nº: 4335/2024, 14 de novembro de 2024

JOAO CARLOS BARBOSA DOS SANTOS

Despacho: PORTARIA PGJ/PI Nº: 4335/2024, 14 de novembro de 2024

BRENO REIS DO NASCIMENTO

Integrante Administrativo

ANEXO III – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA Nº 19.21.0016.0010989/2026-51

Os proponentes deverão apresentar planilha com a cotação por item (valor unitário e valor total) e o valor global do objeto, conforme os modelos I e II a seguir.

MODELO I – APRESENTAÇÃO DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

LOTE XX						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

VALOR TOTAL DO OBJETO – R\$: _____

MODELO II – FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social da Empresa: _____

Nome Fantasia: _____

CNPJ nº _____

Telefone: _____

E-mail: _____

O prazo de validade de nossa proposta é de 90 (noventa) dias, a contar da data da sessão.

Declaramos que estamos cientes e de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que no preço cotado estão inclusas todas as despesas, tais como fretes, seguros, tributos e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado, bem como que o produto será entregue no local estabelecido sem ônus.

Declaramos que no preço cotado está inclusa a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

No caso de nossa proposta ser classificada como a mais vantajosa para aquisição do objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

- Razão Social:
- C.N.P.J.:
- Endereço:
- Telefone/Fax:
- E-mail:
- CEP:
- Cidade/UF:
- Banco:
- Agência:
- Número da Conta Corrente:

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato e da Ata de Registro de Preços:

- Nome:
- CPF/MF:
- Cargo/Função:
- Carteira de Identidade nº:
- Expedido por:
- Naturalidade:
- Nacionalidade:

Teresina, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do Representante

Pregão Eletrônico nº 90012/2026

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/20XX

EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 90012/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

P. G. ADM. Nº 19.21.0016.0010989/2026-51

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**, com sede na Rua Álvaro Mendes, nº 2294, Bairro Centro, Teresina-PI, CEP: 64000-060, inscrito no CNPJ nº 05.805.924/0001-89, neste ato representado pelo Ordenador de Despesas, o Promotor de Justiça **Jorge Luiz da Costa Pessoa**, e considerando o resultado do julgamento da licitação, RESOLVE registrar preços da (s) empresa (s) abaixo indicada (s), de acordo com a classificação por ela (s) obtida (s) e atendendo ao disposto no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 11.462/2023, no Decreto Estadual nº 21.872/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDOR REGISTRADO:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXXX

END: XXXXXXXXXXXXXXXXX

CEP.: XXXXXXXXXXXXXXXXX

FONE: XXXXXXXXXXXXXXXXX

E-MAIL: XXXXXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto **o registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de suprimentos e ferramentas de TIC para atender as necessidades da Divisão de Atendimento ao Usuário, vinculada a Coordenadoria de Tecnologia da Informação do MPPI**, especificados no item 1 do Termo de Referência, anexo I do Edital de Licitação nº 90012/2026, que é parte

Pregão Eletrônico nº 90012/2026

integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) constam no **Apêndice** desta Ata.

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como **Anexo** desta Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será o Ministério Público do Estado do Piauí.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA– DA NÃO PERMISSÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Conforme o disposto no art. 7º, inciso XI, do Decreto Federal nº 11.462/2023, e no art. 36, §1º, inciso VI, do Decreto Estadual nº 21.872/2023, é atribuído ao órgão ou entidade gerenciadora o poder de deliberar sobre a possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) por órgãos ou entidades não participantes do planejamento da contratação. Dessa forma, Não será permitida a adesão à ARP por entes não participantes, considerando as seguintes justificativas:

4.1.1. A presente contratação envolve o fornecimento de ferramentas e insumos destinados ao suporte técnico de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), cuja adequada execução depende de planejamento prévio quanto às quantidades estimadas, à padronização dos materiais e à logística de fornecimento. A eventual adesão por órgãos não participantes poderia resultar em aumento imprevisível da demanda, comprometendo o equilíbrio do planejamento inicial, gerando risco de desabastecimento para o órgão gerenciador e participantes, além de impactar negativamente a gestão contratual.

4.1.2. A permissão de adesões implicaria aumento da complexidade administrativa, com a necessidade de análise e autorização de múltiplos pedidos, controle de quantitativos, acompanhamento de execuções descentralizadas e mitigação de riscos

Pregão Eletrônico nº 90012/2026

relacionados ao descumprimento contratual. Tais fatores podem comprometer a eficiência administrativa, em afronta aos princípios da eficiência, do planejamento e do interesse público.

4.1.3. Há risco concreto de prejuízo ao conjunto do objeto contratado, especialmente em razão da possibilidade de subestimativa de demanda inicial, situação já apontada em entendimentos do TCU como fator de risco relevante em contratações que admitem adesões indiscriminadas. Tal cenário pode comprometer a execução contratual e a continuidade dos serviços essenciais de suporte técnico de TIC.

4.2. Conclui-se que a permissão de adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos não participantes não se mostra vantajosa para a Administração Pública, tampouco compatível com as características do objeto e com a capacidade operacional do órgão gerenciador, podendo, ao contrário, representar riscos à execução contratual e ao atendimento do interesse público. Em observância aos princípios da motivação, da eficiência, do planejamento e da supremacia do interesse público, bem como em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas da União, **opta-se pela não permissão de adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes.**

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUINTA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado, conforme previsão contida no subitem 1.5.1. do Termo de Referência.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

Pregão Eletrônico nº 90012/2026

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Pregão Eletrônico nº 90012/2026

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabili-

zem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anuidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao forne-

dor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

Pregão Eletrônico nº 90012/2026

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada,

Pregão Eletrônico nº 90012/2026

decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador da ata deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

9.3.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º, e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro de Teresina – PI para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

APÊNDICE

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representantes)							
Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Prazo de garantia ou Validade

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, ____ de _____ de ____.

Pregão Eletrônico nº 90012/2026

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Pregoeiro (a)

Jorge Luiz da Costa Pessoa

Promotor de Justiça / Chefe de Gabinete / Ordenador de Despesas

EMPRESA:XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

REPRESENTANTE: XXXXXXXXX

ANEXO

ATA DE FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 90012/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

P. G. ADM. Nº 19.21.0016.0010989/2026-51

Objeto: Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de suprimentos de TIC para atender as necessidades da Divisão de Atendimento ao Usuário, vinculada a coordenadoria de tecnologia da informação do MPPI, especificados no item 1 do Termo de Referência, anexo I do Edital de Licitação nº 90012/2026.

1. Manifestaram interesse em compor o cadastro de reserva referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026/MPPI, com fulcro no art. 18 do Decreto Nº 11.462, de 31 de março de 2023, e de acordo com o Item 12 do Edital de Licitação (SEI XXXX), o(s) licitante(s) abaixo:

1.1. Aceitaram cotar o objeto com **preço igual ao do adjudicatário**, observada a classificação:

FORNECEDOR: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Pregão Eletrônico nº 90012/2026

CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXXX
 END: XXXXXXXXXXXXXXXXX
 FONE: XXXXXXXXXXXXXXXXX
 E-MAIL: XXXXXXXXXXXXXXXXX
 REPRESENTANTE LEGAL: XXXXXXX
 PROPOSTA: DOC. SEI Nº XXXXXXX

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Prazo de garantia ou Validade

1.2. Mantiveram sua proposta original, observada a classificação:

FORNECEDOR: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.
 CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXXX
 END: XXXXXXXXXXXXXXXXX
 FONE: XXXXXXXXXXXXXXXXX
 E-MAIL: XXXXXXXXXXXXXXXXX
 REPRESENTANTE LEGAL: XXXXXXX
 PROPOSTA: DOC. SEI Nº XXXXXXX

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Prazo de garantia ou Validade

2. Firmam o presente instrumento os representantes legais, assinando-o eletronicamente.

Pregão Eletrônico nº 90012/2026

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO Nº XX/20XX

**TERMO DE CONTRATO Nº XX/XXXX QUE
ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO
PIAUÍ, POR INTERMÉDIO DA
_____, E A EMPRESA
_____. PROCEDIMENTO
DE GESTÃO ADMINISTRATIVA Nº
19.21.0016.0010989/2026-51.**

CONTRATANTE: O Estado do Piauí, pessoa jurídica de direito público, por intermédio da _____, com sede na Rua Álvaro Mendes, nº 2294, Centro, Teresina-PI, inscrito no CNPJ: _____, representado neste ato pelo _____, _____, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 12, V, da Lei Complementar Estadual Nº 12, de 18 de dezembro de 1993, e art. 1º, IX, do Ato PGJ-PI Nº 1079/2021.

CONTRATADO: EMPRESA _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____ estabelecido na (endereço completo com CEP), representado pelo (cargo e nome completo), portador da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF (MF) nº _____ de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (instrumento da empresa/procuração).

Os CONTRATANTES têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente instrumento, instruído no Procedimento de Gestão Administrativa nº **19.21.0016.0010989/2026-51**, no Pregão Eletrônico nº **90012/2026**, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, considerando o teor da proposta de preços apresentada pela contratada e mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **aquisição de suprimentos e ferramentas de TIC para atender as necessidades da Divisão de Atendimento ao Usuário, vinculada a Coordenadoria de Tecnologia da Informação do MPPI**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Apêndice (Tabela 1) deste instrumento.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Ministério Público do Estado do Piauí, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de fornecimento não-contínuo de bens de caráter permanente.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme previsão estabelecida no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do CONTRATANTE, além das previstas no Termo de Referência:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente ao fornecimento o objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.7. Aplicar ao contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial do MPPI para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos

manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9.1. A Administração terá o prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato **e do Termo de Referência**, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.1.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021;

- 9.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.1.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.1.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.1.18. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.1.19. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.1.20. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.1.22. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.1.23. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.1.24. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.1.25. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. **Não haverá exigência de garantia contratual** nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma dos [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do MPPI, na dotação abaixo discriminada:

15.1.1. Gestão/Unidade: XXXXXX

15.1.2. Fonte de Recursos: XXXXXX

15.1.3. Programa de Trabalho: XXXXXX

15.1.4. Elemento de Despesa: XXXXXXXX

15.1.5. Nota de Empenho: XXXXXX

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o foro de Teresina-PI para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

APÊNDICE

LOTE XX

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Teresina - PI, ____ de _____ de 20__.

Pelo MP/PI:

Pela **CONTRATADA**: